

2003 e abrange o período de 15 de Abril a 31 de Dezembro de 2003 e todo o ano de 2004.

Artigo 32.º

Norma revogatória

Fica revogado o Regulamento das Inspeções Judiciais aprovado por deliberação de 19 de Outubro de 1999.

Despacho n.º 12 192/2007

Em face do conhecimento da versão final do diploma que opera uma reforma intercalar da organização judiciária, designado por Programa de Medidas Urgentes para a Melhoria da Resposta Judicial, após consulta a vários membros do Conselho Superior da Magistratura, determino:

1 — Considerar como justo impedimento o conhecimento tardio das criações, alterações, extinções de juízos e lugares em juízos em vários tribunais (a divulgação da versão final do projecto de diploma só ocorreu no dia 25 de Maio), em razão do que se considerará justificada a apresentação de requerimentos para o movimento ordinário de 2007 mesmo para além de 31 de Maio, desde que apresentados até 8 de Junho.

2 — Divulgar por correio electrónico e por circular o conteúdo do projecto do diploma.

3 — Informar que:

3.1 — O movimento ordinário de 2007, conforme previamente avisado, considerará, para efeitos de preenchimento, os lugares a instalar em 1 de Setembro de 2007, nos termos do projecto de diploma divulgado;

3.2 — Todos os juízes efectivos actualmente em funções nas varas e juízos extintos (aludidos no artigo 9.º do projecto de diploma divulgado) devem concorrer;

3.3 — Os juízes efectivos do Tribunal de Família e Menores do Porto (2.º e 3.º Juízos) e do Tribunal do Trabalho de Lisboa devem concorrer;

3.4 — Os juízes efectivos dos tribunais convertidos (Maia e Póvoa), para efeito do exercício do seu direito de preferência absoluta (artigos 2.º, n.º 2, e 3.º, n.º 2, do projecto de diploma divulgado), devem concorrer, caso contrário (nos termos do mesmo diploma) ficarão colocados no quadro complementar da Bolsa de Juízes do Distrito Judicial do Porto;

3.5 — Os juízes das varas, juízos, juízos liquidatários extintos, Juízos dos Tribunais de Família e Menores de Lisboa e do Porto, Tribunal do Trabalho de Lisboa e Tribunal do Trabalho do Porto que não fiquem colocados nos quadros dos respectivos tribunais, nem noutro lugar (nos termos do projecto de diploma divulgado), ficarão colocados até ao próximo movimento judicial no quadro complementar de juízes do distrito judicial em que exerçam funções;

3.6 — A dimensão da preferência para as varas liquidatárias será objecto de deliberação na sessão plenária de 5 de Junho;

3.7 — O âmbito da preferência para o movimento judicial que se siga ao ordinário de 2007 (cf. n.º 5 do artigo 16.º do projecto de diploma divulgado) será objecto de deliberação na sessão plenária de 5 de Junho.

Ao plenário para ratificação.

29 de Maio de 2007. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.

Despacho (extracto) n.º 12 193/2007

Por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 28 de Maio de 2007, no uso de competência delegada, a Dr.ª Maria Tília Dias Morgado Alves, juíza de direito em regime de estágio no Tribunal de Comarca de Tondela, foi transferida, em idêntica situação, para o Tribunal da Comarca de Santa Comba Dão, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2007. (Posse imediata, com efeitos a 1 de Junho de 2007.)

30 de Maio de 2007. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Despacho (extracto) n.º 12 194/2007

O licenciado Rui António Moreno, procurador-geral-adjunto na Sede do Distrito Judicial de Coimbra, foi desligado do serviço, para efeitos de aposentação/jubilização.

30 de Maio de 2007. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos José de Sousa Mendes*.

Despacho n.º 12 195/2007

Por despacho do conselheiro Vice-Procurador-Geral da República de 15 de Junho de 2007, em aditamento ao aviso n.º 10 533/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 111, de 11 de Junho de 2007, comunica-se que o último parágrafo daquele aviso passa a ter a seguinte redacção:

«Os requerimentos electrónicos devem ser apresentados na Procuradoria-Geral da República até ao dia 25 de Junho de 2007.»

15 de Junho de 2007. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos José de Sousa Mendes*.



PARTE E

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Despacho (extracto) n.º 12 196/2007

Por despachos do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e do reitor da Universidade do Algarve de 27 de Fevereiro de 2007 e de 2 de Maio de 2006, respectivamente, foi o licenciado José André Avelino Babino Lopes autorizado a exercer funções docentes na Escola Superior de Saúde de Faro, da Universidade do Algarve, no ano lectivo de 2006-2007.

15 de Maio de 2007. — O Administrador, *Fernando Martins dos Santos*.

Despacho (extracto) n.º 12 197/2007

Por despachos do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e do reitor da Universidade do Algarve de 27 de Fevereiro de 2007, de 2 de Maio de 2006 e de 3 de Maio de 2005, respectivamente, foi o licenciado Mário Homero Pais Apolinário autorizado a exercer

funções docentes na Escola Superior de Saúde de Faro, da Universidade do Algarve, nos anos lectivos de 2005-2006 e de 2006-2007.

15 de Maio de 2007. — O Administrador, *Fernando Martins dos Santos*.

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Contrato (extracto) n.º 807/2007

Por despacho do conselho de administração do Hospital de São Francisco Xavier de 18 de Abril de 2007, foi autorizada a requisição do Doutor Jaime Francisco da Cruz Maurício para exercer funções de professor catedrático convidado, pelo período de um ano, com início em 1 de Maio de 2007, eventualmente renovável. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas, ao abrigo do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto).

15 de Maio de 2007. — A Chefe de Divisão do Expediente e Pessoal, *Alda Bebiano Ribeiro*.